

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO
WALBER DE MOURA AGRA

ELEMENTOS DE
Direito
Eleitoral

7ª edição
2020

saraiva  jur

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	15
1. DEMOCRACIA	19
1.1. Retrospectiva do regime democrático	21
1.2. Legitimação democrática	22
1.3. Tipos de regime democrático	24
1.4. Institutos da democracia participativa	26
2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ELEITORAL	30
2.1. Conceito	30
2.2. Histórico da Justiça Eleitoral	33
2.3. Peculiaridades da Justiça Eleitoral	35
2.3.1. Resoluções	37
2.3.2. Consultas	38
2.4. Tribunal Superior Eleitoral	41
2.5. Tribunais regionais eleitorais	43
2.6. Juízes eleitorais	46
2.7. Juntas eleitorais	49
2.8. Mesas receptoras	52
3. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	56
3.1. Natureza do Ministério Público	57
3.2. Princípios constitucionais do Ministério Público	59
a) Unidade	59
b) Indivisibilidade	60
c) Independência funcional	61
3.3. Garantias	62
a) Inamovibilidade	62
b) Irredutibilidade de subsídios	63
3.4. O Ministério Público Federal Eleitoral	63
4. DIREITOS POLÍTICOS	68
4.1. Perda e suspensão dos direitos políticos	69
4.2. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento de <i>vacatio legis</i>	72
4.3. Representação política	75

4.4. Sistemas eleitorais.....	76
5. ELEGIBILIDADE	79
5.1. Condições de elegibilidade	81
5.2. Inelegibilidade.....	98
5.2.1. Inelegibilidades constitucionais	103
a) Inalistáveis	103
b) Analfabetos	105
c) Inelegibilidade por laços sanguíneos	107
d) Reeleição	113
e) Inabilitação para o exercício de função pública	115
5.2.2. Inelegibilidade superveniente e delimitação tem- poral para sua incidência	116
5.2.3. Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais..	121
5.2.4. Inelegibilidades relativas infraconstitucionais...	136
Para Presidente e para Vice-Presidente da República ..	137
Para Governador e para Vice-Governador	139
Para Senadores e para Deputados	140
Para Prefeito e para Vice-Prefeito	140
Para a Câmara Municipal.....	141
5.3. Requisitos de registrabilidade	142
a) Cópia da ata a que se refere o art. 8º.....	144
b) Autorização do candidato, por escrito.....	145
c) Prova de filiação partidária.....	145
d) Declaração de bens, assinada pelo candidato.....	147
e) Cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transfe- rência de domicílio no prazo previsto no art. 9º.....	147
f) Certidão de quitação eleitoral.....	147
g) Certidões criminais fornecidas pelos órgãos de dis- tribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual	149
h) Fotografia do candidato, nas dimensões estabeleci- das em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.....	150
i) Propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República (Incluído pela Lei n. 12.034, de 2009).....	151

5.3.1. Prova de alfabetização (art. 27, inciso IV, da Resolução TSE n. 23.609/2019).....	151
5.3.2. Prova de desincompatibilidade	153
6. PARTIDOS POLÍTICOS	156
6.1. Conceito de partido político.....	156
6.2. Histórico dos partidos políticos.....	158
6.3. Histórico dos partidos políticos no Brasil	159
6.4. Criação de partidos políticos	163
6.5. Princípios partidários	168
6.6. Fidelidade partidária	170
6.6.1. Fidelidade partidária antes da Resolução n. 22.526/2007	178
6.7. Coligação partidária	178
6.8. Prestação de contas dos partidos políticos.....	184
6.9. Fundo Partidário.....	190
6.10. Do acesso gratuito ao rádio e à televisão	199
6.11. Programa e estatuto dos partidos	200
6.12. Responsabilidade do órgão partidário	201
6.13. Filiação partidária.....	203
6.14. Fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos..	205
7. ALISTAMENTO ELEITORAL	208
7.1. Conceito	208
7.2. Extensão da obrigatoriedade de alistamento.....	209
7.3. Requisitos do alistamento eleitoral.....	210
7.4. Prerrogativas do alistamento eleitoral	213
7.5. Segunda via do título de eleitor.....	213
7.6. Domicílio eleitoral.....	214
7.7. Transferência eleitoral	216
7.8. Causas de cancelamento e exclusão do alistamento	219
7.9. Revisão do eleitorado.....	223
8. CONVENÇÃO E REGISTRO ELEITORAL.....	226
8.1. Convenção partidária	226
8.2. Conceito de registro eleitoral	232
8.3. Exigências do registro eleitoral.....	234
8.4. Número possível de registro de candidatos	236
8.5. Procedimento do registro eleitoral	241
9. PROPAGANDA ELEITORAL	255

9.1.	Propaganda política e sua classificação	255
9.2.	Conceito de propaganda eleitoral	257
9.3.	Tipos de propaganda eleitoral	258
9.4.	Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea	260
9.5.	Propaganda eleitoral lícita	274
9.6.	Restrições à propaganda eleitoral	290
9.7.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	294
9.8.	Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	295
9.9.	Propaganda eleitoral na internet	300
9.10.	Debates eleitorais.....	312
9.11.	Pesquisas eleitorais	315
9.12.	Horário da propaganda gratuita	321
	Presidente da República	321
	Deputado Federal.....	321
	Governador de Estado e do Distrito Federal.....	322
	Deputado Estadual e Deputado Distrital	322
	Senador	322
	Prefeito e Vereador	322
9.12.1.	Distribuição da propaganda gratuita	323
9.13.	Do direito de resposta na propaganda impressa, no rádio, na televisão e na internet.....	327
	a) Em propaganda eleitoral na internet	328
	b) Em órgão de imprensa escrita.....	329
	c) Em programação normal das emissoras de rádio e de televisão.....	329
	d) No horário eleitoral gratuito	330
9.14.	Das medidas contra propaganda irregular e ilícita	332
10.	FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES	337
10.1.	Competência da fiscalização	337
10.2.	Fiscais e delegados.....	338
10.3.	Fiscalização.....	339
10.4.	Tipificação penal contra o sistema eletrônico de votação e apuração	342
11.	SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO.....	343
11.1.	Processamento eletrônico de dados.....	343
11.2.	Identificação biométrica.....	344
11.3.	Votação	345

11.3.1. Votação manual	351
11.3.2. Voto em trânsito	353
11.3.3. Voto impresso	354
11.4. Apuração	355
11.5. Impugnação e recursos da contagem manual de votos	355
11.6. Recontagem	356
11.7. Conceituação de voto	358
11.8. Natureza do voto	361
11.9. Voto nulo e voto em branco	363
12. ABUSO DE PODER. CONDUITAS VEDADAS A GESTORES PÚBLICOS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	364
12.1. Formas de abuso de poder	368
a) Abuso de poder econômico	369
b) Abuso de poder por uso indevido dos meios de comunicação	374
c) Abuso de poder político	375
d) Captação ilícita de sufrágio	378
e) Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos	383
f) Corrupção e caixa dois	384
12.2. Condutas vedadas a gestores públicos	385
12.3. Tipos de condutas vedadas de forma genérica	386
a) Proibição de cessão de móveis e imóveis públicos	387
b) Proibição de utilização de materiais ou serviços custeados pelo erário	390
c) Proibição de cessão de servidor para propaganda eleitoral	392
d) Proibição de distribuição gratuita de bens e serviços	394
12.4. Proibição de contratação ou demissão	397
12.5. Tipos de condutas vedadas em período eleitoral	400
a) Proibição de transferência voluntária	401
b) Proibição de propaganda institucional e de entes da Administração Indireta	403
c) Proibição de pronunciamento	404
d) Proibição de <i>showmício</i>	405
e) Proibição em aumento dos gastos de publicidade	406
f) Proibição de revisão geral das remunerações	407
g) Proibição de inauguração de obras públicas	408

12.6. Desvio de finalidade de propaganda institucional	409
12.7. Sanções passíveis de serem aplicadas	411
12.8. Improbidade administrativa.....	418
13. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	425
13.1. Financiamento de campanha.....	425
13.1.1. Doações e contribuições à campanha eleitoral.	426
13.1.2. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	441
13.1.3. <i>Crowdfunding</i>	444
13.2. Prestação de contas dos candidatos.....	445
13.2.1. Informações imprescindíveis de prestação de contas	447
13.2.2. Exame da prestação de contas pela Justiça Eleitoral	448
14. PROCLAMAÇÃO	455
14.1. Quociente eleitoral.....	457
14.2. Quociente partidário	457
15. DIPLOMAÇÃO.....	459
15.1. Natureza da diplomação.....	459
15.2. Conceito e procedimento.....	460
15.3. Recursos contrários à diplomação	464
16. POSSE.....	466
17. PROCESSO ELEITORAL	471
17.1. Conceito	471
17.2. Condições da ação e pressupostos processuais.....	474
17.3. Princípios no processo eleitoral.....	476
a) Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa	478
b) Princípio da inércia.....	480
c) Princípio do livre convencimento motivado.....	483
d) Princípio da celeridade.....	485
17.4. Espécies de ações eleitorais	488
17.4.1. Representação ou reclamação.....	489
17.4.2. Pedido de resposta.....	496

17.4.3. Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP).....	499
17.4.4. Ação de impugnação de registro de candidato..	504
17.4.4.1. <i>Causas</i>	505
17.4.4.2. <i>Procedimento</i>	508
17.4.5. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)..	522
17.4.5.1. <i>Causas</i>	524
a) Abuso de poder econômico e abuso de poder político.....	524
b) Abuso de poder por utilização indevida dos veículos e dos meios de comunicação.....	525
c) Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei n. 9.504/97).....	527
d) Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos.....	529
e) Conduta vedada (LE, arts. 73 e s.).....	530
17.4.5.2. <i>Procedimento</i>	531
17.4.6. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME).....	540
17.4.6.1. <i>Causas</i>	542
17.4.6.2. <i>Procedimento</i>	548
17.4.6. Ação de perda do cargo eletivo por desfiliação ou infidelidade partidária.....	556
17.4.8. Ação rescisória.....	560
17.4.9. Tutelas provisórias no direito eleitoral.....	565
17.4.10. Mandado de segurança, <i>Habeas data</i> e Mandado de injunção.....	572
17.4.11. <i>Habeas corpus</i>	584
18. RECURSOS ELEITORAIS.....	591
18.1. Teoria Geral dos Recursos.....	591
18.1.1. Conceito.....	591
18.1.2. Natureza jurídica.....	595
18.1.3. Espécies.....	596
18.1.4. Pressupostos de admissibilidade dos recursos....	597
a) Cabimento.....	599
b) Legitimidade.....	600
c) Interesse de recursal.....	602
d) Tempestividade.....	604
e) Preparo.....	605

18.1.5. Motivação e forma dos recursos	606
18.1.6. Efeitos dos recursos.....	607
18.1.7. Desistência e renúncia dos recursos eleitorais...	610
18.2. Especificidades dos Recursos Eleitorais	612
18.2.1. Considerações gerais.....	612
18.2.2. Da restrição da possibilidade recursal	612
18.2.3. Da ausência de juízo de admissibilidade	613
18.2.4. Juízo de retratação	614
18.2.5. Efeito recursal	615
18.2.6. Prazos	617
18.3. Tipos de recursos previstos no Direito Eleitoral	618
18.3.1. Recurso inominado.....	618
18.3.1.1. <i>Procedimento do recurso inominado</i>	622
18.3.2. Recurso contra a expedição de diploma (RCED)	625
18.3.2.1. <i>Natureza do recurso contra expedição de diploma</i>	626
18.3.2.2. <i>Causas</i>	629
18.3.2.3. <i>Procedimento do recurso contra expe- dição de diploma</i>	632
18.3.3. Recurso ordinário.....	636
18.3.4. Agravos	642
a) Agravo de instrumento.....	642
b) Agravo contra denegação de RE.Sp e RE ou agravo.	643
c) Agravo interno.....	645
18.3.5. Embargos de declaração	646
18.3.6. Recurso extraordinário.....	650
18.3.7. Recurso especial	654
19. CRIMES ELEITORAIS	660
19.1. Conceito	660
19.2. Classificação dos Crimes Eleitorais.....	663
19.3. Disposições gerais	664
19.4. Dos Crimes Eleitorais Previstos no Código Eleitoral ...	668
i) Inscrição fraudulenta de eleitor.....	668
ii) Indução de inscrição fraudulenta de eleitor.....	669
iii) Inscrição fraudulenta por parte do juiz	671
iv) Negar ou retardar inscrição.....	671
v) Perturbar ou impedir o alistamento	672

vi) Retenção de título	673
vii) Promover desordem	673
viii) Impedir ou embaraçar sufrágio	674
ix) Prender ou deter eleitor.....	675
x) Ilicitude na obtenção de voto ou corrupção eleitoral	676
xi) Coação de servidor público.....	677
xii) Violência como coação eleitoral.....	678
xiii) Concentração de eleitores.....	678
xiv) Majoração de preços.....	679
xv) Prejuízo ao fornecimento	680
xvi) Intervenção de autoridade estranha	680
xvii) Fura-fila de votação	681
xviii) Fornecimento de cédula marcada.....	682
xix) Fornecimento antecipado de cédula	682
xx) Votar mais de uma vez.....	682
xxi) Prática de irregularidade.....	683
xxii) Votação em seção eleitoral distinta	683
xxiii) Violação ou tentativa de violação de sigilo de voto.....	684
xxiv) Deixar de expedir boletim de urna	685
xxv) Deixar de fechar ou lacrar a urna	685
xxvi) Crime de mapismo	686
xxvii) Omissão de protestos.....	687
xxviii) Violação ou tentativa de violação de urna	687
xxix) Contagem de voto impugnado	688
xxx) Subscrição de registro de mais de um partido	688
xxxi) Inscrição simultânea em mais de um partido	688
xxxii) Coletar assinatura de eleitor	689
xxxiii) Divulgação de propaganda eleitoral inverídica..	690
xxxiv) Caluniar na propaganda eleitoral.....	691
xxxv) Difamação na propaganda eleitoral	692
xxxvi) Injúria na propaganda eleitoral.....	693
xxxvii) Denúnciação caluniosa com finalidade eleitoral .	694
xxxviii) Inutilização, alteração ou perturbação de prop- aganda eleitoral.....	696
xxxix) Impedimento ao exercício de propaganda eleito- ral	696
xl) Utilização de organização comercial em propagan- da eleitoral.....	697

xli) Fazer propaganda em língua estrangeira	697
xlii) Participação eleitoral de quem não está no gozo de seus direitos políticos.....	698
xliii) Ausência de prioridade postal	699
xliv) Destruição, supressão ou ocultação de urna	699
xlv) Manuseio de material exclusivo da Justiça Eleitoral.	700
xlvi) Retardar ou não publicar notificações da Justiça Eleitoral.....	701
xlvii) Inércia do Ministério Público	701
xlviii) Descumprimento de obrigação legal por juiz eleitoral	702
xlix) Recusa ou abandono do serviço eleitoral	702
l) Não cumprimento dos prazos legais.....	703
li) Utilização de instalações públicas	703
lii) Desobediência à Justiça Eleitoral	704
liii) Falsificação ou alteração de documento público...	705
liv) Falsificação ou alteração de documento particular	705
lv) Omissão de declaração e caixa dois	706
lvi) Reconhecimento falso.....	707
lvii) Utilização de documento falso ou alterado	708
lviii) Utilização de documento material ou ideologica- mente falso.....	708
lix) Apropriar-se de recursos financeiros	709
19.5. Dos crimes eleitorais previstos na lei eleitoral (Lei n. 9.504/97)	709
i) Divulgação de pesquisa fraudulenta.....	709
ii) Obstáculo à fiscalização de pesquisa eleitoral.....	710
iii) Extensão da responsabilidade penal de divulgação de pesquisa fraudulenta	710
iv) Boca de urna.....	711
v) Crime de uso de símbolos governamentais	712
vi) Contratação para produzir mensagem na internet..	713
vii) Negativa de expedição de cópia do boletim de urna aos partidos e às coligações	713
viii) Lesar equipamentos eleitorais.....	714
ix) Impedir a fiscalização.....	714
x) Reter título ou comprovante de alistamento.....	715
<i>Referências</i>	716